

MANHAS E ARTIMANHAS METODOLÓGICAS NOS ESTUDOS CLÁSSICOS SOBRE A SOCIEDADE

Luiz Antônio da Silva*

RESUMO

Texto elaborado com o intuito de reflexão e interpretação da experiência de docência em Sociologia Geral para estudantes de Direito que ingressam no Curso Superior em Ipatinga/MG. Para tanto foram apresentados distintos aspectos metodológicos presentes nos clássicos da Sociologia e formulado crítica quanto aos limites e possibilidades de impulsionar a realização de pesquisas de natureza empírica. Conclui-se pela importância e necessidade de se aprimorar experimentos de imaginação sociológica com o intuito de incentivo no enfrentamento do triplo desafio consistente no ensino superior, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão universitária.

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O poeta espanhol Antonio Machado, em um dos seus poemas, afirma algo muito significativo relacionado à abordagem dos aspectos metodológicos no estudo e pesquisa sobre as relações sociais: [...] “Caminhante, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar.” Assim sendo, não existe um caminho pronto quando propomos pesquisar e estudar as relações entre os fenômenos sociais, econômicos, políticos, jurídicos e culturais levando em consideração princípios e valores que regem determinadas sociedades à luz do direito em suas distintas facetas, tais como: civil, trabalho, ambiental, penal, constitucional e outros tais.

O caminho é feito por seus passos, é feito ao andar, e andando, se você olhar para trás tudo que verá são as marcas de passos que algum dia seus pés tornarão a percorrer. Mesmo que caia, mesmo que pegue o caminho errado às vezes, mesmo que regresse, afinal podemos errar. O importante é não desistir. Fique tranquilo que você nunca voltará ao início da estrada, porque estudo não se perde, mas, mesmo cheio de dúvidas, mesmo sem saber pra onde ir, você precisa começar!

Paulo Freire em sua obra *Pedagogia da Esperança* afirma que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar. Imbuído de tais referências, vivenciamos ao longo dos últimos vinte anos os desafios de ensino e aprendizagem sobre os fundamentos teóricos e metodológicos na pesquisa social aplicada ao Direito através das disciplinas de Sociologia e Filosofia na Faculdade de Ipatinga.

A proposta de tais disciplinas incluía permanentemente três grandes tópicos: a) os métodos utilizados pelos clássicos da Sociologia, que incluem a obra de Max Weber e o desafio da objetividade nas ciências sociais; Emile Durkheim e o método funcionalista e o método dialético dos marxistas com a devida crítica ao estruturalismo. b) a proposta de seguir novas trilhas na pesquisa social, que inclui uma crítica ao racionalismo cartesiano, à teoria crítica e a psicanálise e considera a relação estreita entre o particular, o singular, o universal e a abertura para a

* Professor de Sociologia e Filosofia na Faculdade de Direito de Ipatinga – FADIPA desde 1999. É Doutor em Educação FAE/UFMG, Mestre em Sociologia FCL/UNESP, bacharel e licenciado em Ciências Sociais FCL/UNESP.

imaginação sociológica. c) os diversos instrumentos de pesquisa tais como histórias de vida, estudos de memórias, pesquisa quantitativa e qualitativa.

A arte do ensino é, em considerável parte, a arte de pensar em voz alta, mas inteligivelmente [...]; na sala de aula, o professor deve tentar mostrar aos alunos como pensa um homem e ao mesmo tempo, revelar o belo sentimento que experimenta quando pensa bem. (WRIGHT MILLS)

A preocupação principal predominante nestas vivências e experiências no ensino e aprendizagem foi proporcionar aos estudantes a possibilidade de adquirirem conhecimentos teóricos acerca dos métodos em ciências sociais e, se possível, habilidades práticas.

Tendo como pressuposto de que os métodos são os procedimentos utilizados na tentativa de se compreender uma dada realidade social, e que é impossível a objetividade em ciências sociais, as reflexões e discussões são orientadas sempre no sentido de proporcionar aos estudantes a apropriação crítica sobre os distintos instrumentos teóricos e metodológicos de pesquisa social.

Este conhecimento que vai sendo apreendido e problematizado aos poucos, suscita simultaneamente interesse prático, empírico de pesquisa que ilumina-os na escolha de temas e questões instigantes para continuidade de seus estudos e se traduzem em artigos científicos diversos e trabalhos de conclusão de curso. À medida que as reflexões avançam, o espaço da sala de aula se torna pequeno para o número de questões que se colocam aos estudantes.

Passo a seguir a descrever as principais características das perspectivas sociológicas clássicas que estudamos no chão da sala de aula, para posteriormente, ensaiar uma crítica a referidas obras, e por fim, apresentar alguns experimentos na pesquisa social.

2 REGRAS SOCIOLOGICAS NA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Leituras e reflexões a respeito das regras do método sociológico na perspectiva funcionalista, precisamente na obra de Emile Durkheim, formuladas na última década do século XIX, permite-nos entender que a Sociologia tem um objeto claramente definido e um método para estudá-lo. O objeto de estudo sociológico são os fatos sociais, maneiras de ser, agir, pensar e sentir preponderantes no seio de uma determinada sociedade e que se caracterizam por serem exteriores, independentes e coercitivas em relação ao indivíduo. São os padrões sociais que como tais devem ser tratados na pesquisa e explicação dos fenômenos sociais.

O método é a observação e a experimentação indireta, noutros termos, o método comparativo. Uma ciência não se constitui verdadeiramente senão quando é dividida e subdividida, quando compreende um certo número de problemas diferentes e solidários entre si. Ao concluir sua obra, Durkheim sintetiza seu método em três pontos básicos: ser independente de toda filosofia; ser objetivo e exclusivamente sociológico.

Durkheim estabelece divisão no estudo sociológico, ou seja, considera que há uma morfologia social que compreende a sociedade no seu aspecto exterior. O sociólogo deve não só descrever os fenômenos sociais, mas também explicar as relações de causa e efeito. Trata-se do estudo da base geográfica dos povos em suas relações com a organização social (população, volume, densidade e distribuição geográfica). Existe ainda a fisiologia social que estuda as manifestações

vitais das sociedades, tais como os fenômenos religiosos, jurídicos, econômicos, morais, linguísticos e estéticos.

Aprendemos e ensinamos que a sociologia seria o lugar de síntese que se esforça para congregar todas as conclusões gerais que se depreendem dessas ciências particulares. Trata-se, portanto, da parte filosófica da ciência.

Há que se considerar a necessária distinção entre os julgamentos de valor e os julgamentos de realidade. Se o valor das coisas não pode ser e nem nunca foi avaliado senão em relação com certas noções ideais, impõe-se que estas sejam explicadas. Para compreender de que forma os julgamentos de valor são possíveis, não bastaria estabelecer como postulado certo número de ideais. Seria preciso apreciá-los, mostrar de onde se originam, como se ligam com a experiência, embora a ultrapassem, e em que consiste sua objetividade.

Como determinar a função no interior da divisão do trabalho social? O que mantém a sociedade plural, complexa, diversa a coesão social, um sentimento de solidariedade na relação entre duas ou mais pessoas?

No Direito encontra-se refletidas todas as variedades essenciais de solidariedade social. O estudo da solidariedade é um fato social que só se pode conhecer por meio dos seus efeitos sociais, baseados nas formas de se exercer as sanções, quais sejam: aquelas repressivas organizadas e as outras que são meramente restitutivas.

Nas sociedades pré-modernas, identificamos formas de coesão social que o autor denomina de “solidariedade mecânica”, que consiste na identificação das semelhanças ligando diretamente o indivíduo à sociedade. Este tipo de solidariedade que o direito repressivo exprime, pelo menos no que ela tem de vital. Os crimes são de dois tipos: diferença muito violenta contra o agente que o executou e o tipo coletivo, ofensa ao órgão da consciência comum.

Existe uma solidariedade social decorrente de um certo número de estados de consciência comuns a todos os membros da mesma sociedade. É ela que o direito repressivo representa materialmente, pelo menos naquilo que tem de essencial.

A consciência individual é uma simples dependência do tipo coletivo e dele decorrem todos os movimentos, como o objeto possuído segue os movimentos que lhe imprimem seu proprietário. Nas sociedades onde esta solidariedade é muito desenvolvida, o indivíduo não se pertence, é literalmente uma coisa que a sociedade dispõe.

A modernidade, no entanto, instaura-se outro tipo de coesão social, denominada pelo autor como solidariedade orgânica, onde as relações que regulam o direito cooperativo com sanções restitutivas e a coesão social que elas exprimem resultam da divisão do trabalho social. Só é possível se cada um tiver uma esfera própria de ação e conseqüentemente uma personalidade.

Isso demonstra que na maioria das vezes, torna coerentes as sociedades no meio das quais vivemos, é esta divisão social determinante sobre os traços constitutivos de sua estrutura, e tudo faz prever que, no futuro, seu papel não fará mais que aumentar sob este ponto de vista.

Em síntese, podemos definir as principais regras para o conhecimento sociológico científico a partir de três postulados:

O afastamento sistemático de todas as pré-noções do investigador. Postura inspirada na dúvida metódica de Descartes e na teoria dos ídolos de Francis Bacon, o autor afirma que é preciso que o sociólogo, no momento em que determina o objeto de sua pesquisa ou no decorrer de sua demonstração, proíba resolutamente

a si próprio o emprego de conceitos formados exteriormente à ciência e para fins que nada têm de científicos.

A definição precisa das coisas de que se está pesquisando a fim de que se saiba, e de que ele próprio saiba do que precisamente está cuidando. Nunca tomar por objeto de pesquisa senão um grupo de fenômenos previamente definidos por certos caracteres exteriores que lhes são comuns, e compreender na mesma pesquisa todos aqueles que correspondem a esta definição. A ciência para ser objetiva não deve partir de conceitos que se formaram sem ela, mas da sensação. É aos dados sensíveis que deve diretamente tomar os elementos de suas definições iniciais.

Por fim, os caracteres exteriores, em função dos quais define o objeto de suas pesquisas, devem ser tão objetivos quanto possível.

3 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO MÉTODO DIALÉTICO

O ponto de partida para a compreensão do método dialético elaborado por Karl Marx e demais marxistas é o pressuposto de que o sujeito cognoscente determina e por sua vez é determinado pelas condições materiais objetivadas pela produção social. Por outro lado, o objeto de conhecimento é uma determinação do sujeito e, portanto, os conceitos são categorias históricas, ou seja, são produtos das condições histórica-sociais de uma dada formação social.

Assim sendo, ao se estudar os processos históricos de estratificação social, tema primordial no método dialético, deparamo-nos com uma compreensão sobre as castas, estamentos e as classes sociais como determinações específicas ou particulares de um modo determinante de produção social, que são nada mais, nada menos do que categorias históricas e transitórias.

Marx entende que a estrutura social é determinada pela divisão social do trabalho que pressupõe a formação de diversos setores entre os indivíduos que cooperam em uma produção social determinada. Por conseguinte, é a partir da posição que os indivíduos ocupam na produção social, que se encontra condicionada pelo modo de explorar o trabalho agrícola, industrial e comercial, que devemos interpretar se uma determinada formação histórica social se ordena como casta, estamento ou classe social.

O tema das classes sociais na obra marxista ocupa um papel destacado e é impregnado de instigantes controvérsias teóricas, tais como: as classes sociais existiram sempre e em todas as sociedades? As classes sociais são uma configuração típica de um modo de produção determinado? Existiram e ainda existem em sociedades determinadas, num país determinado, numa produção social determinada, numa divisão social determinada, numa determinada forma de propriedade.

Na obra Miséria da Filosofia, observamos como Marx explicita as distintas articulações entre referidos modos de produção. Compreende o feudalismo e os estamentos como uma articulação necessária e suficiente enquanto caracterização de uma dada estrutura social em termos de dominação e subordinação entre os grupos fundamentais potenciais ou efetivos de oposição. A burguesia e o proletariado se constituem inicialmente como classes potenciais de oposição, com interesses comuns condicionados pelas situações comuns e por travas feudais contrapõem-se aos interesses da nobreza dominante. Trata-se do período de transição do feudalismo para o capitalismo. A burguesia, ao se constituir como classe social sob o regime feudal e da monarquia absoluta, se desenvolve e se

consolida negando o feudalismo e a monarquia absoluta, e através de sua práxis social, se firma como classe para si e se determina como classe pela luta política.

Ainda na abordagem dialética, há que se considerar que as classes sociais são constituídas de múltiplas determinações. Pela posição que os indivíduos ocupam nos diferentes setores da produção social. A oposição que os indivíduos ocupam é a objetivação da divisão social do trabalho. Os diferentes setores da produção social determinadas pela separação campo/cidade são mediações da propriedade privada móvel e imóvel do capital e da força de trabalho. A produção social que determina as classes sociais é uma produção historicamente dada e pressupõe a separação entre proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho. Esta separação determina a divisão entre dois grupos sociais fundamentais: capitalistas e proletariados. É uma oposição entre o salário e o capital, diferente portanto, de uma oposição abstrata. Trata-se de uma oposição entre o capital e o trabalho no sentido de perpetuação e superação do sistema de trabalho assalariado. A luta de classes é luta política pois pressupõe a consciência de classe das condições objetivas de sua classe, de outras classes e da sociedade como uma totalidade articulada.

A consciência de classe é um produto prático-real determinado pela produção social, que é uma determinação das relações entre o homem e a natureza, e entre homem e homem em suas múltiplas relações dialéticas de produção e reprodução social. As classes sociais são determinações destas múltiplas condições, situações, movimentos e oposições. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”. (MARX, p. 112)

4 DESAFIOS DA OBJETIVIDADE NA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA

As discussões weberianas sobre a impossibilidade da objetividade em Ciências Sociais permite, sem sombra de dúvidas, compreender a relação necessária entre indivíduo e história, não acima dos homens, mas feita por eles.

O papel da análise histórico-social na obra de Max Weber é o de tratar do que é particular, daquilo que permite identificar na sua peculiaridade uma configuração cultural e buscar explicações causais para essa particularidade.

A adesão a determinados valores, (éticos, estéticos, ou de qualquer outra natureza) sempre está envolvida na seleção de um tema para análise, ainda que este necessariamente seja despojado de valores no seu desenvolvimento interno.

Trata-se, portanto, de uma postura metodológica caracterizada pelo relativismo, em que o autor da *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* propõe o combate resolutivo à ideia de que a ciência possa engendrar “concepções de mundo” de validade universal, fundadas no sentido objetivo do decurso histórico. Este sentido objetivo não existe e por isso mesmo não existe uma ciência social livre de pressupostos valorativos.

O conhecimento empírico é diferente dos juízos de valor. A tarefa do conhecimento científico consiste na ordenação racional da realidade empírica. Nas trilhas desta interpretação podemos compreender melhor a abordagem de Pierre Bourdieu em sua obra *“O Ofício do Sociólogo”* em que faz um contraponto fundamental com a interpretação funcionalista sobre os rituais teórico- metodológicos da sociologia. Bourdieu afirma que os fatos sociais não estão dados, mas sim são construídos. Ou seja, a realidade social é uma construção social.

Nos trabalhos sobre sociologia da religião, Weber procura demonstrar a existência de uma íntima afinidade entre a ideia protestante de vocação e a contenção do impulso irracional para o lucro através da atitude metódica e racional, em busca do êxito econômico representado pela empresa. Sua preocupação estava em refutar a ideia de uma determinação das diversas esferas da vida social pela economia, ou seja, combater a postura do determinismo econômico, mas não com o recurso primário de uma mera inversão do problema.

As diversas esferas da existência – (econômica, religiosa, jurídica, artística e etc.) são autônomas entre si, no sentido de que se articulam em cada momento ao longo do tempo conforme a sua lógica interna específica à sua legalidade própria.

Não cabe à economia política emitir juízos de valor a partir de uma específica “cosmovisão econômica”. Os juízos de valor derivam em última instância, e determinados ideais, tem origens subjetivas. Para uma abordagem científica dos juízos de valor, não é suficiente apenas compreender e reviver os fins pretendidos e os ideais que estão no seu fundamento, mas também e, acima de tudo, ensinar a avalia-los criticamente.

A perspectiva das ciências sociais e econômicas deve ser de possuir a capacidade e diferença entre o ato de conhecer, julgar e o cumprimento, tanto do dever científico de ver a verdade dos fatos, como o dever prático de aderir aos próprios ideais

Uma separação científica, metodologicamente correta no setor das ciências sociais, para alcançar o seu fim, deve ser aceita à nível universal. Isso implica na necessidade fundamental de se fazer a separação entre conhecimento empírico e juízos de valor.

O cientista social não pode abrir mão das ideias que sustenta, inclusive seus juízos de valor. Tal postura implica necessariamente dois deveres: a explicitação dos critérios empregados para medir a realidade e para obter o juízo de valor e, a postura de imparcialidade científica, que consiste em destacar a intervenção do pesquisador e a fala dos homens que está sujeito a intenções e a vontades. Quando os argumentos se dirigem ao intelecto ou aos sentimentos. O cumprimento destes deveres, impede que se reproduza a confusão entre a elucidação científica dos fatos e a reflexão valorativa.

O que significa “objetividade” nas ciências sociais? Em Weber, encontramos uma abordagem distinta seja do funcionalismo como como materialismo dialético. O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões “objetivas” entre as “coisas”, mas as conexões conceituais entre os problemas.

Não existe nenhuma análise científica totalmente “objetiva” da vida cultural, ou dos “fenômenos sociais”, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa.

Todo o conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir o objeto da compreensão científica e de que só ele será essencial no sentido de ser digno de ser conhecido.

Que princípios adotar para isolar esse fragmento? Nas ciências sociais o que interessa são os aspectos qualitativos dos fatos. Não tem sentido um estudo “objetivo” dos acontecimentos culturais, no sentido de que o fim ideal do trabalho científico deverá consistir numa redução da realidade empírica a certas leis pelas seguintes razões: o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do

socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares de que nosso pensamento se serve para esse efeito, e, além disso, nenhum conhecimento dos acontecimentos culturais poderá ser concebido senão com base na significação que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações. Apenas as ideias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto de estudo e os limites deste estudo.

Algo ainda inédito nas ciências sociais apresentado por Weber, foi sua percepção de que o método teórico e abstrato se opõe de maneira direta e aparentemente incontornável à investigação histórica e empírica. Ele reconhece com toda a exatidão a impossibilidade metodológica de substituir o conhecimento histórico da realidade pela formulação de leis, ou pelo contrário, chegar ao estabelecimento de leis, no sentido estrito de termos, mediante a mera justaposição de observações históricas.

O tipo ideal, recurso metodológico para orientar o cientista no interior da inesgotável variedade de fenômenos observáveis na vida social, consiste em enfatizar determinados traços da realidade até concebê-los com sua expressão mais pura e conseqüente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis. O uso deste recurso tem como funcionalidade conduzir o processo de investigação e exposição. A investigação se propõe a formar juízos de atribuição que não é uma hipótese, mas sim, o caminho para a formação de hipóteses. A atividade historiográfica defronta-se com a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou o afastamento entre a realidade e o quadro ideal.

A construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento. O tipo ideal é o significado de um conceito limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada.

Alguns dos principais intérpretes da sociedade brasileira utilizou-se desse recurso metodológico para a investigação e exposição das principais características sociais do Brasil. Destacam-se a título de exemplo, a obra "Raízes do Brasil" de autoria de Sergio Buarque de Holanda em que o autor criou o termo "homem cordial" para interpretar as relações sociais nesta sociedade; o trabalho de Raymundo Faoro intitulado "Os Donos do Poder", em que o autor criou o termo "patrimonialismo" para interpretar a natureza das relações políticas no interior deste país; por fim, e a título de exemplo como me referi acima, destaco a obra do antropólogo Roberto da Matta em sua obra "O que faz o Brasil, BRASIL", em que o autor elabora o termo "jeitinho brasileiro" para descrever e interpretar o comportamento dos brasileiros em suas múltiplas relações sociais.

A objetividade do conhecimento no campo das ciências sociais, depende antes do fato de o empiricamente dado estar constantemente orientado por ideias de valor, que são as únicas a conferir-lhes valor de conhecimento; e ainda que a significação desta objetividade apenas se compreenda a partir de tais ideias de valor, não se trata de converter isso no pedestal de uma prova empiricamente impossível da sua validade. E a crença na validade supra empírica de ideias de valor últimas e supremas, em que fundamentam o sentido de nossa existência, não exclui, mas pelo contrário, inclui a variedade incessante dos pontos de vista concretos, a partir dos quais a realidade empírica adquire significado.

A realidade irracional da vida e o seu conteúdo de possíveis significações são inesgotáveis, e a configuração concreta das relações valorativas mantêm-se flutuante, submetida às variações do futuro obscuro da cultura humana; a luz

propagada por essas ideias supremas de valor ilumina, de cada vez, uma parte finita e continuamente modificada do curso caótico de eventos que fluem através do tempo.

5 IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA E A MISÉRIA DA TEORIA: NOVOS HORIZONTES

O termo “Imaginação Sociológica” de autoria de Charles Wright Mills, escrita em meados da década de 50 do século passado, constitui-se como referência metodológica fundamental para todos aqueles que se debruçam sobre as questões relativas à pesquisa e ao ensino de Ciências Sociais na atualidade. Já naquele contexto, o autor tecia críticas contundentes aos métodos de pesquisa utilizados, à burocracia da universidade, ao despreparo dos professores e à necessidade de acabar com limites entre as diferentes áreas do conhecimento.

Está colocado o desafio do trabalho interdisciplinar e a postura teórica metodológica que consiste em assumir o desafio mais amplo de superação das barreiras que a fragmentação disciplinar proporcionou ao longo dos anos e mostra o grande desafio que tem o educador no processo de ensino e aprendizagem.

A interdisciplinaridade é um caminho possível, de orientação para a prática pedagógica, pois ao superar a fragmentação das disciplinas e suas respectivas áreas de atuação explicita a necessidade de transmitir um ensino voltado para a preparação dos estudantes de direito a enfrentar novos desafios e tal postura tem esse aspecto, pois nela não há tempos e nem espaços culturais privilegiados, pois está além das fronteiras, voltando o seu objetivo para a totalidade do conhecimento e sendo uma ferramenta para o processo de ensino e aprendizagem, conduzindo-nos às novas experiências na produção de conhecimentos.

Ao contrariar as tendências da grande teoria (autoexplicativa), do empirismo abstrato, do ativismo, Mills enfatiza a ideia de que o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino, localizando-se dentro de seu período. É mais. Nenhum estudo social que não volte ao problema da biografia, da história e de suas interligações dentro de uma sociedade, pode-se considerar completo. “A Imaginação Sociológica nos permite compreender a história, a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade”. (MILLS, 1982, p. 12)

Noutros termos, a questão que subjaz à imaginação sociológica é a da relação necessária entre sujeito e estrutura para a devida compreensão da realidade social. Ainda no que se refere à interdisciplinaridade, cumpre destacar que significa transgredir a lógica da não-contradição, articulando os contrários: sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, matéria e consciência, simplicidade e complexidade, unidade e diversidade.

O autor questiona: em que período da história humana tantos homens estiveram tão expostos e de forma tão total a transformações tão rápidas e completas? A história que atinge todo homem hoje, é a história mundial. Neste cenário e período, no curso de uma geração, em torno de cinquenta por cento da humanidade passou de tudo o que era feudal e atrasado para tudo o que é moderno, avançado e terrível.

A própria evolução da história ultrapassa hoje, a capacidade que tem os homens de se orientarem de acordo com os valores que amam. O que os homens contemporâneos precisam é uma qualidade de espírito que lhes ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber com lucidez, o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos.

A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de inúmeros indivíduos; permite descobrir como os indivíduos, na agitação da vida cotidiana, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais.

A seguir, descrevo algumas lições sobre a Imaginação Sociológica extraídas das vivências e reflexões sobre minha experiência de ensino e aprendizagem a respeito da vida social.

Em primeiro lugar, há que se destacar que o indivíduo só pode compreender sua própria existência e avaliar seu próprio destino, localizando-se dentro de seu período. Tal movimento permite compreender a história, a biografia e as relações entre ambas, no seio da sociedade. Isto posto, destaco a importância do movimento existencial de olharmos para o nosso passado com reverência e extrair dele tudo o que há de lições e nos voltarmos para a vida presente. Outro movimento existencial ilustrativo, é a viagem que somos instigados a fazer de nos movermos do futuro também para o presente, observando-o com a devida confiança e serenidade, impregnados que estão de esperança e amor nas múltiplas relações sociais. Ou seja, o desafio de viver e interpretar o “aqui e o agora”.

Talvez a distinção mais proveitosa utilizada pela imaginação sociológica seja entre as perturbações pessoais originadas no meio mais próximo e as questões públicas da estrutura social. Ter consciência da ideia de estrutura social e utilizá-la com sensibilidade é ser capaz de identificar as ligações entre uma grande variedade de ambientes em pequena escala.

Quais são as principais questões públicas para a coletividade e as preocupações-chaves dos indivíduos em nossa época? A postura crescente de inquietação e indiferença presente em grandes agrupamentos sociais. Possivelmente tais posturas se justificam pelo excesso e pelo tipo de racionalização instrumental que nos atinge e que foram muito bem descritas e explicitadas pelos autores da teoria crítica.

Em toda a idade intelectual, um estilo de reflexão tende a tornar-se o denominador da vida cultural. A imaginação sociológica torna-se no principal denominador de nossa vida cultural, apresentando-se como sua característica marcante. É o sentido humano e o papel social da ciência em seus aspectos militar e comercial, sua significação política, que está sendo objeto de uma revisão confusa.

No intuito de definir sobre o objetivo das ciências sociais na atualidade, destaca-se tarefas culturais de nossa época, quais sejam: a compreensão de que as ciências sociais não é um corpo de técnicos burocráticos que inibem a pesquisa social com suas pretensões metodológicas, que congestionam esse trabalho com conceitos obscurantistas, ou que os vulgarizam pela preocupação com problemas insignificantes, sem relação com as questões de relevância pública.

Identificamos três tendências nas ciências sociais contemporâneas:

- a) a teoria da história, onde a sociologia é vista como um empreendimento enciclopédico, ocupando-se da totalidade da vida social do homem. A história é sistemática, como vemos nas obras de Augusto Comte, Karl Marx, Max Weber, Spencer);
- b) a teoria sistemática da natureza do homem e da sociedade, que consiste numa visão bastante estática e abstrata dos componentes da estrutura social, num nível de generalidade bastante elevado. Ver a título de exemplo, a obra de Talcot Parsons;

- c) a multiplicação de estudos empíricos dos fatos e problemas sociais contemporâneos. Observa-se a propósito os inúmeros trabalhos científicos apresentados em congressos e revistas científicas publicadas na contemporaneidade.

Uma proposta metodológica para a sociologia baseado na experiência concreta de sociólogo pode ser assim apresentada: cabe ao cientista social ser um bom artesão, evitar qualquer norma de procedimento rígida; desenvolver a simplicidade das afirmações claras; fazer as construções trans históricas necessárias mas praticar também as minúcias sub históricas; estudar as estruturas sociais nas quais os ambientes estão organizados; evitar a especialização arbitrária dos departamentos acadêmicos existentes; desenvolver e rever continuamente nossas opiniões sobre os problemas da história, da biografia e da estrutura social, nos quais a biografia e a história se cruzam; compreender o homem não como um fragmento isolado, não como um campo ou sistema inteligível em si mesmo; não abrir mão da autonomia moral e política.

O historiador Paul Eduardo Thompson foi um dos brilhantes teóricos que formularam críticas contundentes à hegemonia no campo científico das ciências sociais em meados do século XX. Numa de suas principais obras, “A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros”, o autor acusa a grande teoria – seja a dialética marxista ou funcionalismo de Durkheim e sua escola – de se recusarem a investigação empírica, tornando assim a mente confinada aos limites da própria mente. Ou seja, sua crítica joga luz sobre posturas metodológicas que ignoram a experiência, o que implicaria necessariamente a exploração aberta do mundo e daqueles que se propõe investigar os fenômenos sociais. Isso exige sim rigor teórico, mas no diálogo entre a conceptualização e a confrontação empírica.

A experiência foi, em última instância, gerada na vida material, estruturada em termos de classe e/ou de instituições sociais, e, conseqüentemente, o ser social determinou a consciência social. Como se costuma pensar e pronunciar em nosso cotidiano: o indivíduo é o resultado do meio social em que ele convive. Não se enfatiza, a dimensão do homem em ser efetivamente o construtor da realidade social e não somente o resultado social produzido anteriormente.

Com a experiência e a cultura, estamos num ponto de vista de junção de outro tipo. As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas com ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou então, como instinto de pertencimento a determinada instituição ou classe social. Elas também experimentam sua experiência como sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores.

Tais posturas significam a identificação do positivismo sociológico no seio do marxismo, como encontramos nas obras dos autores estruturalistas, entre os quais se destacam Althusser e Poulantzas. É como dizer que toda a contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse, e ainda mais, que em cada necessidade há um afeto, ou vontade a caminho de se transformar num dever e que toda luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores e que o projeto de transformação social não está garantido por nada e pode encontrar suas próprias garantias somente pela razão e por meio de uma ampla escolha de valores.

6 NOVAS TRILHAS: À PROCURA DE ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS

Com relação aos métodos e técnicas de pesquisa social disponíveis, não se trata de negar a necessidade de tais instrumentos sem os quais a pesquisa sociológica perderia sua especificidade, mas sim de colocar em questão a concepção da técnica, sua estrutura interna e as condições de sua aplicação, as variáveis segundo os tipos de população e de assuntos.

Pesquisa social é na verdade um determinado tipo de relação estabelecido entre sujeitos do conhecimento. Os distintos objetos da pesquisa são constituídos de homens e mulheres que são portadores em diferentes graus, de saberes, sentimentos, valores, visões e entendimento de si mesmo e do mundo social que o cerca. Pesquisa social implica necessariamente em concebê-la como relação intersubjetiva.

Ao longo da história da sociologia, diversos autores formularam críticas sistemáticas sobre os procedimentos metodológicos utilizados pelas pesquisas de natureza puramente empíricas. Destacam-se entre tais críticas aquelas formuladas pela sociologia americana, tendo a frente SOROKIN e Wright MILLS. Os autores da teoria crítica tendo a frente ADORNO, HORKHEIMER, MARCUSE. Os representantes da escola francesa, tendo a frente Pierre BOURDIEU.

A crítica que referidos autores formularam, podem ser sintetizadas em geral sobre o caráter anti-histórico ou não didático dos procedimentos que pretendem captar a realidade social a partir de uma fotografia instantânea da opinião pública sem a devida problematização sobre o que é a opinião pública. Alguns ridicularizam-na, afirmando que opinião pública é a opinião publicada.

Não levam em consideração as estruturas e os movimentos sociais subjacentes às experiências individuais como também desprezam a elaboração teórica e supervalorizam a observação concebidas nos moldes positivistas.

No contexto universitário, certas críticas ao empirismo foram longe demais, até o ponto de se tornarem um obstáculo para a investigação sobre os problemas concretos e relevantes enfrentados pela sociedade. A crítica exacerbada ao empirismo, leva-nos a caírem numa postura caracterizada pelo teorismo.

A noção de observação não deve ser considerada como sinônimo de empirismo pura e simplesmente. É preciso entendermos que este é apenas uma ideologia particular da observação. Precisamos levar em conta as teorias prévias disponíveis para construir modelos explicativos ou interpretativos a serem testados por diversos procedimentos de pesquisa

Tal orientação visa a elaborar um programa de crítica metodológica dos procedimentos de pesquisa mais usados, especialmente aqueles que se dão por objetivo à indagação sobre crenças ou ideologias.

A neutralidade tão propalada no campo das ciências sociais é falsa ou não existe na medida que qualquer procedimento de investigação envolve pressupostos teóricos e práticas variáveis segundo os interesses sócio-políticos que estão em jogo no ato de conhecer. A objetividade é relativa, na medida que o conhecimento social sempre consiste em aproximações sucessivas relacionadas com perspectivas de manutenção ou transformação das estruturas e dinâmicas sociais.

No ensino e aprendizagem sobre pesquisa social, a orientação de crítica metodológica proposta, por um lado, vai bem além da preocupação “compreensiva” do cientista frente aos valores e, por outro lado, ultrapassa a simples constatação de erros de amostragem ou de vieses de entrevistas descritos em inúmeros manuais de “métodos e técnicas” de cunho positivista.

Toda técnica é uma teoria em ato, pois não existe coleta de dados sem pressupostos teóricos. A técnica de opiniões e de atitudes induz a uma

representação do social cujos pressupostos teóricos, ou infra teóricos, remetem ao individualismo sociológico e a um certo tipo de indeterminismo social.

Por sua vez, o problema da imposição de problemática pelo questionário consiste no fato de colocar o entrevistado frente a uma estruturação dos problemas que não é a sua e no fato de estimular a produção de respostas que chamamos de reativas.

A crítica a dissimulação de problemáticas ideologicamente marcadas ou socio centradas nas formas de representação do social das classes médias ou de diferentes estilos elitistas permite-nos constatar a falta de reflexividade, ausência de relativismo cultural por parte dos investigadores, cuja imaginação sociológica não ultrapassa os limites do universo mental do seu próprio meio social.

Quando se problematiza a questão da inserção ou não do entrevistador no universo do entrevistado, particularmente em relação às implicações sócio linguísticas desta inserção, identificamos os desníveis de comunicação entre investigadores e entrevistados e jogamos luz sobre a problemática mais ampla das assimetrias sociais.

Ainda sobre tais assimetrias, ressalta-se o problema do etnocentrismo dos investigadores. O sociólogo crítico deveria estar em condição de criticar os instrumentos de pesquisa e de questionar o fato que os questionários em geral, não somente impõe aos investigados as categorias mentais do investigador, como também dão vantagem incontestável a grupos dotados de fluidez verbal e cuja cultura é moldada em esquemas de pensamento iguais aos daqueles que concebem referidos questionários.

Por fim, cumpre destacar a limitação “conformista” do questionário, que pressupõe a passividade e a individualização dos entrevistados que são considerados em geral como condição de objetividade ou de comparabilidade e que dão ao questionário uma limitação conservadora ou conformista. O questionário é satisfatório para conferir que a sociologia dominante domina ou que o status quo é amplamente respeitado. No entanto, a não ser para fins de justificativa ideológica, tais verificações são de pouca relevância científica e prática.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrevi as características das perspectivas sociológicas clássicas que estudamos nas salas de aula da FADIPA em Ipatinga por mais de vinte anos, seja nas disciplinas de Sociologia e Filosofia Geral e Jurídica, como também deixei algumas pistas sobre alguns dos desafios metodológicos para se conceber e desencadear um processo de investigação social à luz dos recortes teóricos acima mencionados.

O intuito do trabalho é exercitar a postura reflexiva, crítica e humanista cantada em verso e prosa em nossos encontros e desencontros pedagógicos e na execução dos nossos planos de ensino.

Algo que percebo e creio ser relevante destacar, é a constatação do abismo existente entre a concepção de metodologia de pesquisa da qual compartilho, ou seja, os termos utilizados no início do texto inspirados no poeta espanhol a respeito do caminhar e o caminho, e a minha trajetória própria, (vivências, experiências) que percebo dissonantes entre si e que confirmam o que Eduardo Galeano anuncia, a necessidade de aproximar as palavras dos atos. São obstáculos, desafios, horizontes e sobretudo, possibilidades para a construção de uma cultura de

pesquisa permanente, sistemática, crítica e reflexiva permanente em nosso cotidiano que continua sendo inventado e reinventado por nossas práticas e reflexões.

REFERÊNCIAS

COHN, Gabriel. (org.) **Weber**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção grandes cientistas sociais, v.13).

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber**. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

IANNI, Octávio. (org.) **Marx**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1987. (Coleção grandes cientistas sociais, v.10).

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RODRIGUES, J. Albertino; FERNANDES, Florestan. (org.) **Durkheim**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção grandes cientistas sociais, v.1).

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social**. São Paulo: Pólis, 1987.

THOMPSON, Eduard Paul. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.